

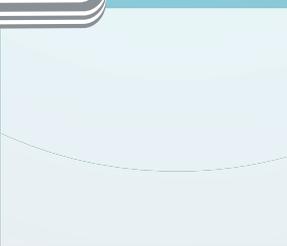
CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Estado quer empréstimo à Celg GT com aval da União

ENERGIA ELÉTRICA Sem capacidade de endividamento, governo busca recurso do BNDES para atuar em áreas de responsabilidade da Enel; valor máximo cogitado equivale ao dobro do que vale a estatal

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

O governo federal deu sinal verde na terça-feira (06) para que Goiás possa realizar investimentos na área de distribuição de energia em prol de melhorias que a Enel Distribuição Goiás não estaria disposta a fazer, segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Estado, Adriano Rocha Lima. "Foi autorizado pelo Ministério da Economia empréstimo via BNDES de até R\$ 2 bilhões", diz ao confirmar informação publicada pela coluna *Giro* ontem com exclusividade.

Esse empréstimo será feito pela Celg Geração e Transmissão (Celg GT) com aval da União – já que o Estado não possui nota suficiente de capacidade de pagamento para obter garantias. Porém, o valor máximo a que pode chegar o empréstimo corresponde ao dobro do que vale hoje a estatal (R\$ 1 bilhão). Para o secretário isso não será um problema, porque a proposta é de que o governo federal dê as garantias extras necessárias.

Como investir em distribuição é uma tarefa de responsabilidade da Enel, antiga Celg D, privatizada em 2016, também será preciso alterações a nível de re-

Entenda

O que o governo de Goiás defende para melhoria na distribuição de energia em Goiás

QUEM SÃO OS ENVOLVIDOS



- Celg Geração e Transmissão
- Empresa estatal de Goiás que tem por objetivo exploração técnica e comercial de instalações de geração e transmissão

- Enel Distribuição Goiás
- Distribuidora de energia da multinacional Enel, é a antiga Celg Distribuição, que foi privatizada em 2016

QUAL É A PROPOSTA



- Por meio da estatal goiana Celg GT, o governo de Goiás pegaria empréstimo do BNDES
- A União seria a avalista já que o governo de Goiás não poderia dar garantias do pagamento

- Para realizar os investimentos, será preciso mudar regras para interferir na concessão
- A Celg GT seria responsável por realizar as melhorias apontadas pelo Estado como prioritárias



- Como retorno, a Celg GT receberá percentual maior da tarifa de energia que é paga à Enel Distribuição Goiás

COMO É COMPOSTA HOJE A TARIFA DE ENERGIA



29,5%
Tributos (ICMS e PIS/Cofins)

17%
Parcela B (Distribuição de Energia – Parte da Enel)

53,5%
Parcela A (Compra de Energia, Transmissão de Energia – parte que também vai para Celg GT – e Encargos Setoriais)

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento e Inovação/Aneel

Nacional de Energia Elétrica (Aneel) disse que ainda não recebeu solicitações das empresas para autorizar as ações. O Tesouro Nacional também não quis se manifestar sobre o assunto.

"Se a Enel não está se dispondo a resolver, por qualquer razão interna que não importa a nós, então permita que o Estado, ele próprio, com empresa que nós temos de geração e transmissão, possa fazer", reforça o secretário sobre o que é defendido perante a União. Essa defesa também é acompanhada de plano já elaborado e que mostra onde seriam realizadas as intervenções, com atenção especial às regiões do Estado que concentram unidades industriais.

PRESENTE

"Não está sendo feito a revelia da Enel, a ideia é que a Enel tenha concordância disso. Queremos resolver o problema da distribuição, o que é inegociável e inadiável", diz. O secretário reforça que essa atitude do Estado só é proposta porque desde o início do ano as discussões com a empresa do grupo italiano não avançaram como gostariam. Ao ser questionado se essa atitude não seria um presente para a Enel, respondeu que o foco é a resolução da questão que trava investimentos no Estado.

Caso seja autorizada a realização dos investimentos, a proposta é que a Celg GT, ao fazer as ampliações que o governo estadual julgar necessárias na rede da Enel, seja compensada com aumento na parte da tarifa de energia que hoje é transferida a ela. Isso ocorreria de forma proporcional ao investimento realizado. O governo estadual, todavia, ainda não sabe, e aguarda o avanço das negociações para esclarecer em quanto tempo a estatal recuperaria o capital investido.

“ Não está sendo feito à revelia da Enel, a ideia é que a Enel tenha concordância disso. Queremos resolver o problema ”

Adriano Rocha Lima, secretário de Desenvolvimento de Goiás

gulação do setor para que a intervenção na área seja feita. Ao menos uma autorização do Ministério de Minas e Energia (MME) precisará ocorrer para que Celg GT possa interferir em substâncias de distribuição.

Está marcada para hoje uma reunião no ministério com a Enel para dar sequência ao que foi definido nas reuniões realiza-

das na terça entre o governador Ronaldo Calado (DEM) e equipe com o titular do MME, Bento Albuquerque, representantes do Ministério da Economia e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Mala (DEM-RJ). Também houve discussão com parte da bancada federal goiana no Congresso, uma estratégia para unir forças para as ações

que devem ser necessárias caso o plano vá para frente.

"Essa não é uma situação normal, porque é atípica a situação que estamos vivendo. Ano após ano a Enel é a pior distribuidora", diz Adriano. Procurada pela reportagem, a Enel informou que não foi comunicada oficialmente sobre a proposta, por isso não irá comentar. A Agência

Empréstimo caminhará em paralelo à privatização

A proposta do governo de Ronaldo Calado (DEM) para que a Celg Geração e Transmissão (Celg GT) obtenha empréstimo de até R\$ 2 bilhões no BNDES com aval da União para atuar na área da concessão da Enel Distribuição Goiás caminha em paralelo com a intenção de privatização da empresa estatal.

"Primeiro que o processo de privatização não é um processo rápido", defende o secretário

de Desenvolvimento Econômico e Inovação, Adriano Rocha Lima. Ele explica que o governo está na fase do termo de referência para contratar estruturador para fazer o processo, ainda será feita a avaliação da empresa e por isso acredita que a desestatização dificilmente deve ocorrer antes de um ano e meio.

Em abril, a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, informou em reportagem no PO-

POPULAR que a previsão é de que a privatização ocorresse no primeiro trimestre de 2020. A avaliação da empresa estava estimada de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão. Ou seja, metade do empréstimo que poderá contrair.

Sobre redução de valor da empresa por conta dessa ação de investimento, Adriano esclareceu à reportagem que acredita que elevaria o avaliação da Celg GT. "Porque ela valer reversão de receita nisso. É

uma empresa que se tornará inclusive maior", avalia.

Porém, caso as ações de investimentos na distribuição e a privatização ocorram no mesmo momento, ele afirma que o Estado terá "todo o cuidado para que, caso o dono passe a ser privado, tenha responsabilidade de concluir o plano". "A gente não está buscando que o Estado faça, mas que o problema seja resolvido", diz ao citar as dificulda-

des com a distribuição.

A Celg GT é considerada uma empresa com saúde financeira. Ela terminou 2018 com lucro líquido de R\$ 58,54 milhões; em 2017 foi de R\$ 88,21 milhões. Segundo o balanço de 2018, investiu R\$ 170 milhões de recursos próprios nos últimos dois anos. Para 2019, a previsão era de R\$ 113 milhões, sendo R\$ 105 milhões no sistema de transmissão e R\$ 8 milhões em geração.



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Caiao veta artigos da LDO que regulamentavam emendas parlamentares

O governador Ronaldo Caiado (DEM) sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 com vetos aos artigos incluídos pela mesa diretora da Assembleia Legislativa para regulamentar o pagamento das emendas impositivas para todos os deputados estaduais, incluindo a oposição. Os dispositivos incluídos como emendas à LDO preveem a "obrigatória execução equitativa", "de forma igualitária e impessoal", do orçamento impositivo. Uma outra mudança proposta pela Assembleia prevê que o governo estadual inicie os procedimentos para a execução das emendas parlamentares imediatamente após a sanção da Lei Orçamentária Anual, "independentemente de qualquer provocação do autor da emenda". Consta no veto assinado por Caiado que a regulamentação não cabe na LDO e deve ser feita a partir de lei complementar.

Tem mais

Caiado também vetou as emendas que aumentaram os valores destinados à Assembleia para despesas correntes e de capital de R\$ 69,6 milhões para R\$ 155,7 milhões. O presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), avisou que vai articular a derrubada dos vetos.



Xadrez

Rubens Salomão | xadrez@ohoje.com.br

Planos B e C avançam, enquanto RRF continua estagnado

Das três principais saídas para o rombo financeiro apresentadas desde a posse pelo governador Ronaldo Caiado (DEM), as últimas duas tiveram progresso nesta semana, enquanto a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) segue estagnada. O Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), vulgo Plano Mansueto, deve ter tramitação iniciada e talvez agilizada neste semestre, com formação de comissão especial na Câmara dos Deputados e definição de relator, como já conversado com o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM/RJ). Já ao uso pelo estado de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) é alvo de PEC apresentada ontem pela senadora Kátia Abreu (PDT/TO). Não significa que, rapidamente, as opções sairão do papel, mas são passos dados em direção ainda apenas teorizada sobre o RRF, já que na prática nenhum avanço real ocorreu desde a liminar do ministro Gilmar Mendes.





Crise fiscal dos estados é estrutural

Ex-secretária da Fazenda defende privatizações de empresas públicas para equilibrar as contas e atender às necessidades da população, como saúde, educação e segurança

Venceslau Pimentel

Especial para O Hoje

Ao comentar sobre a tentativa de Goiás aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), após ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) e obter liminar, a ex-secretária da Fazenda, Ana Carla Abrão, explica que o seu ponto de vista é mais conceitual.

O cenário de desajuste fiscal, segundo ela, se dá porque todos os estados, uns mais outros menos, enfrentam graves problemas estruturais, porque gastam mais do que arrecadam. Ela aponta como causas a subida acelerada dos gastos, enquanto a arrecadação não reage, e ainda por conta da crise econômica e das isenções fiscais.

“Tem um conjunto de fatores que hoje caracterizam essa situação não só ao Estado de Goiás, mas todos os estados, uns mais, outros menos”, sustentou Ana Carla, salientando que, daqui a pouco todos os estados, mais o Distrito Federal, terão de aderir a algum tipo de programa de recuperação fiscal. “Todos eles vão ter que sofrer um processo de ajuste, porque, do contrário, entraremos num colapso excessivo, e não só Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro”, alertou a economista que, de 2015 a 2016, comandou a Secretaria da Fazenda na gestão do ex-governador Marconi Perillo (PSDB).

Para Ana Carla Abrão, o que se faz necessário aos Estados é enfrentar o problema



Ana Carla Abrão defende um ponto de vista “mais conceitual” sobre adesão ao RRF pela Gestão de Ronaldo Caiado

estrutural e fazer um ajuste necessário em busca do equilíbrio das finanças. “Uns estão numa situação mais crítica, outros menos críticas, mas todos eles estão na mesma direção em função desse desequilíbrio estrutural que só será revertido no momento que o ajuste for de fato enfrentado”.

Logo ao assumir o governo, em janeiro deste ano, o governador Ronaldo Caiado (DEM) decretou estado de calamidade financeira e procurou o governo federal para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal. Após avaliação contábil das contas do Estado, técnicos da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PSL) concluíram que Goiás não se enquadrava nos critérios estabelecidos pelo RRF, criado em 2017 para socorrer estados em situação de forte desequilíbrio fiscal.

A alternativa do estado foi recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) e teve liminar favorável do ministro Gilmar Mendes, para ingressar no Plano de Recuperação Fiscal da União. A decisão prevê a sus-

penção da execução de contragarantias de seis contratos com bancos públicos federais pelo prazo inicial de seis meses, sem prejuízo de posterior reavaliação. A União terá que se abster de inscrever Goiás nos cadastros de inadimplência em decorrência dos fatos tratados nos autos e que restitua valores eventualmente bloqueados ou descontados para a execução das contragarantias.

Gilmar Mendes, em seu despacho, determinou que o estado deve se comprometer com as diretrizes da lei complementar que criou o RRF, especificamente em relação ao programa de ajuste fiscal, por meio de um plano a ser aprovado pela Assembleia Legislativa. Também terá de apresentar o pedido de ingresso no Regime no prazo máximo de seis meses. A autorização para aderir ao Regime já foi aprovada pela Assembleia.

A lei que dispõe sobre o Plano de Recuperação Fiscal, sancionada por Caiado, foi publicada no Diário Oficial do Estado dia 12 de julho. Destaca que este terá vigência de 36

meses, admitida uma prorrogação, caso necessário, por período não superior àquele originalmente fixado, a contar do ato do Presidente da República que o homologar.

Sem saída

Para a economista Ana Carla Abrão, até mesmo estados como Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Alagoas, que estão em situação menos grave, em função da adoção de políticas de ajustes austeras, a situação não é nada tranquila. “O processo de privatização, nesses casos, é inexorável para que se conseguir reverter esse processo”, aponta, destacando que Rio Grande do Sul e São Paulo estão discutido privatizações de estatais ou fazendo concessões de serviços. Sem isso, segundo ela, os estados não terão como manter serviços essenciais à população.

“Enquanto a gente fica desviando recursos, a atenção e esforços com empresas que o estado não tem nenhuma capacidade de gerir, a população está morrendo nas filas de hospitais, nossas

crianças e jovens estão tendo educação de péssima qualidade, com escolas caindo na cabeça deles, e os nossos policiais estão morrendo nas ruas, sem viaturas, sem coletes a prova de balas, sem munição. Não cabe mais esse estado dentro da receita”.

Ana Carla Abrão assegura, ao longo de dois anos em que comandou a Secretaria da Fazenda, o Estado fez os ajustes necessários em suas contas. “O estado estava numa situação mais equilibrada. A agente conseguiu resultados graças ao ajuste que, à época, foi extremamente criticado, mas que garantiu que nós não colapsássemos como agora tantos estados estão colapsados”, frisou. “Mais uma vez a gente tem que enfrentar o problema. Talvez se tivéssemos sido mais fortes no ajuste lá atrás, talvez o resultado fosse mais perene. Quanto mais tempo a gente espera para fazer um ajuste estrutural, maior o problema fica e mais difícil de ser resolvido lá na frente”.

Sérgio Rocha



Fio Direto

SUELY ARANTES

arantes.sueli@gmail.com

STF suspende cobrança de adicional de ICMS sobre combustíveis em Goiás

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afastou os efeitos de decisão da Justiça de Goiás que havia suspenso a cobrança de adicional de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre óleo diesel, gasolina e etanol, e destinado ao Fundo de Proteção Social do Estado (Protege Goiás). O ministro acolheu pedido do governo estadual formulado na Suspensão de Segurança (SS) 5305. Na primeira instância da Justiça estadual, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom) obteve liminar em mandado de segurança para suspender a exigibilidade do adicional de 2% de ICMS, regulamentada em legislação local e destinado ao Protege Goiás. A liminar foi mantida por decisão do Tribunal de Justiça de Goiás no julgamento de recurso. No Supremo, o governo goiano sustenta, entre outros pontos, que a decisão questionada representa grave lesão à economia estadual, com impacto anual de aproximadamente R\$ 406 milhões, conforme estimativa da Secretaria da Fazenda. "A drástica redução da arrecadação estadual implicará a diminuição dos recursos destinado à prestação de serviços essenciais, entre os quais a saúde e a segurança pública", sustentou. Em sua decisão, Toffoli assinalou que a questão tratada nos autos é semelhante à abordada na Suspensão de Tutela Provisória (STP) 107, na qual proferiu decisão em abril. Aquele processo trata de alíquota adicional de ICMS incidente sobre operações internas com energia elétrica em Goiás.

